

Jornal de Chiador: uma experiência de comunicação comunitária e democrática

Bruno FUSER¹ – Universidade Federal de Juiz de Fora

Rodrigo Galdino FERREIRA² – Editor do Jornal de Chiador

Resumo

O texto apresenta e discute a experiência do **Jornal de Chiador**, retomado em 2013, após 33 edições mensais, de 2008 a 2011. Com a participação direta dos moradores nas reuniões de pauta, na redação dos textos, na produção de fotos e de ilustrações, o jornal teve duas edições em sua nova fase, que são analisadas a partir de considerações teóricas de pesquisadores da comunicação comunitária e democrática, como Cicilia Peruzzo (2004), Luiz Roberto Alves (2002) e Alice Mitika Koshiyama (1979). Nas duas edições foram levados em conta os conjuntos de textos e de material editorial, que abordaram temas como política, saúde, reivindicações da população, festas, memória iconográfica, poesia, culinária, serviços. Destacaram-se, pelo espaço que receberam no jornal, uma entrevista com o prefeito, matérias sobre política, sobre saúde, as páginas de memória iconográfica, com fotografias das estações ferroviárias e das igrejas de Chiador, temas relativos à Terceira Idade e à formação profissional. O aspecto participativo, dialógico, no processo de produção do jornal, é o que se considerou como mais importante na configuração de uma experiência de comunicação comunitária e democrática, nas duas edições analisadas do **Jornal de Chiador**.

Palavras-chave: comunicação comunitária; comunicação democrática; comunicação e cidadania; Jornal de Chiador

Introdução

Este artigo volta-se para a apresentação e discussão, ainda em caráter inicial, da experiência desenvolvida neste ano de 2013 na produção de duas edições do **Jornal de Chiador** (março e abril/ maio de 2013), conduzida na perspectiva da construção e consolidação de uma comunicação comunitário, cidadã e democrática. É importante destacar que o jornal está sendo retomado em 2013, após dois anos de interrupção, tendo produzido 33 edições de 2008 a 2011, sempre com a participação aberta de moradores, os quais intervêm decisivamente tanto na definição de assuntos que devem compor o conteúdo do jornal (em reuniões abertas de pauta), como na redação de textos, produção de fotos e finalização das edições.³

Apresentaremos inicialmente algumas considerações teóricas, para em seguida descrevermos Chiador e o contexto de criação do jornal, e, como encerramento, comentaremos as duas edições produzidas em 2013.

Jornalismo, comunicação comunitária e cidadania

A pesquisadora Cicilia Peruzzo, da Universidade Metodista de São Paulo, assinala a

-
- 1 Jornalista, mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, professor efetivo da Faculdade de Comunicação da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Líder do grupo de pesquisa Processos comunicacionais, Educação e Cultura, cadastrado no CNPq. Email: bruno.fuser@ufjf.edu.br
 - 2 Jornalista, graduado pela Faculdade de Comunicação da UFJF, integrante do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais, Educação e Cultura, da UFJF. Pós-graduando em Literatura e Cultura afro-brasileira pelo NEAB/UFJF. Correspondente da Revista Viva Favela (ONG Viva Rio). Email: galdino.jornalismo@gmail.com
 - 3 Em www.ufjf.br/conecta/projeto-chiador estão disponíveis outras fotografias, além das presentes no artigo, de reuniões de fechamento e lançamento da edição de número 34 (março de 2013), e de pauta da edição de número 35 (abril/maio de 2013).

importância da comunicação comunitária, por ela definida como “uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das ‘comunidades’ onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos direitos e deveres de cidadania” (PERUZZO, 2004, p.5). Embora o termo comunidade possa ser conceituado a partir de múltiplas perspectivas – debate que deve ser aprofundado nos próximos meses, a partir de novas edições do jornal -, a expressão comunicação comunitária, nos estudos recentes sobre o tema, tem se referido aos meios que em alguma dimensão ou de alguma maneira se diferenciam dos meios hegemônicos de comunicação.

O sentido de comunicação comunitária está, por exemplo, intensamente associado ao de democratização da comunicação, conforme destaca José Ignacio Lopez Vigil, da AMARC - Associação Mundial das Rádios Comunitárias: “(...) quando dizemos rádios comunitárias a que definição estamos nos referindo? (...) O que define uma rádio comunitária são os objetivos que persegue: democratizar a palavra que está concentradas em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática” (VIGIL, apud COGO, 1998, p.75). Denise Cogo justifica o uso do termo comunitário, em sua obra *No ar... uma rádio comunitária*, por ser aquele utilizado, comumente, na maioria dos países latino-americanos, além de sintetizar o movimento das rádios chamadas comunitárias no Brasil. (COGO, 1998, p.17)

Em outro momento, assinala Círcia Peruzzo: “Alguns autores têm chamado a comunicação popular de alternativa - além de muitos outros adjetivos que lhe são atribuídos, como comunitária, participativa, dialógica, horizontal, usados geralmente como sinônimos” (PERUZZO, 1998, p.120).

A relação entre comunicação comunitária e alternativa se faz em grande medida pela importância que teve, nos anos da ditadura militar, o jornalismo de combate ao regime autoritário. O jornalista e professor universitário Bernardo Kucinski deixa claro que, surgida durante a ditadura militar brasileira, nos anos 60, essa imprensa serviu de válvula de escape para jornalistas da época que precisavam de um canal “alternativo” para expressar suas ideias. Segundo Kucinski:

A imprensa alternativa surgiu de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 1991, p.16)

Essa característica de contestação, de perspectiva de ruptura, está também presente no jornalismo comunitário, conforme acentua Carla Félix:

(...) os jornais comunitários se constituem numa importante expressão da mobilização popular por sua capacidade de contestação social. Ouvindo a comunidade, em vez da “fonte oficial”, os veículos comunitários conseguem dar uma nova dimensão mesmo a questões a respeito das quais o consenso já se estabeleceu. Justamente nessa versão extra-oficial, que põe em dúvida o discurso

hegemônico, se concentra toda intencionalidade da comunicação. (FÉLIX, 2008, p. 74-75)

Uma ressalva em relação ao citado caráter contestador do jornalismo comunitário é feita, contudo, pela pesquisadora Alice Mitika Koshiyama, em especial quando tal expressão se refere a jornais de interior. Para ela (KOSHIYAMA, 1979, p.2), é necessário, nos estudos de jornais de municípios de menor porte, buscar elementos diferenciadores e agrupadores essenciais. A comparação entre jornais de metrópoles, mesmo com os cadernos/seções regionais, e outros de interior nos permitiria concluir que, embora o conteúdo redacional e publicitário seja claramente diferenciado, há elementos diferenciadores / agrupadores diversos: o bairro em que as pessoas residem, a raça, a religião, a cidade, e, também, a classe social, além de outros. Portanto, Alice Mitika Koshiyama considera que, ao analisarmos o jornalismo comunitário, temos de levar em conta não somente os elementos agregadores (por exemplo, o conceito de comunidade clássica, o espaço geográfico em que moram aquelas pessoas), mas outros que podem trazer consigo a ideia de desagregação (como classe social, que colocaria em oposição integrantes de uma mesma comunidade).

Alternativo, comunitário ou popular, essas expressões, no entanto, estão quase sempre associadas à afirmação do direito à comunicação. Mais recentemente difunde-se também o conceito “comunicação cidadã”. Luiz Roberto Alves, pesquisador e gestor de políticas comunicacionais e culturais populares, professor da Umesp e da USP, faz referência explicitamente à expressão comunicação cidadã: “(...) os projetos de regionalização da cultura e da comunicação das cidades - ou comunicação cidadã - e os esforços pela democratização das comunicações não se constituem forças efetivas de confronto e câmbio e sim sinais de projetos em movimento”. (ALVES, 2002, pág.14)

O pesquisador Luiz Roberto Alves acrescenta:

Para que se realizem como praxis transformadora carecem de compôr, no interior do processo social, o que ousou chamar de *tecido cultural em movimento*, isto é, a ampliação da consciência das mediações sociais, mais o desenvolvimento dos sentidos do direito sobre os modos e meios da produção simbólica e a intensificação da educatividade social pela informação, pelo gesto, pela postura, quer dos sujeitos diretos da ação, quer da rede social amplificadora do movimento. (ALVES, 2002, pág.14)

Portanto, comunicação comunitária passa a ser expressão que, na utilização que se dá cada vez mais intensamente nos estudos sobre o tema, se refere a valores de afirmação de direitos democráticos e de cidadania, em meios voltados em especial para - e produzidos em especial por - segmentos sociais que pouco ou nenhum espaço têm habitualmente nos meios hegemônicos de comunicação, ou cujo espaço nesses meios é forma essencialmente de obtenção de audiência ou de agregar novos valores a uma mercadoria cultural. Essa característica democrática não é inerente a uma comunicação de pequena circulação ou abrangência, mas vai estar (ou não)

presente (inclusive em meios de maior abrangência) em função de valores e de dinâmicas determinados que tal comunicação apresente e estabeleça com distintos segmentos sociais, em seu processo de produção. Diversas dessas questões nos últimos têm sido nossa preocupação em pesquisas sobre rádios comunitárias, comunicação sindical e comunicação e cidadania, temas por nós abordados em diversas oportunidades (FUSER, 2002, 2004, 2005, 2008).

Chiador, ex-Santo Antônio dos Crioulos

Chiador é uma cidade de 2,8 mil habitantes, situada na Zona da Mata mineira. O município foi emancipado em 12 de dezembro de 1953. Antes disso, Chiador (que também se chamou Santo Antônio dos Crioulos, por ter sido formada por antigos escravos da região) fazia parte do município de Mar de Espanha, que fica a 18 quilômetros, e que é bem maior, possuindo atualmente cerca de 11 mil habitantes. A ligação entre as duas cidades é feita através de uma estrada sem asfalto, de acesso difícil em épocas de chuva, pois percorre uma pequena serra. Outro município que faz divisa com Chiador é Três Rios, cidade de aproximadamente 70 mil habitantes do interior do estado do Rio de Janeiro; 18 quilômetros de estrada, mas recentemente asfaltada, dividem a pequena Chiador de sua vizinha fluminense.



Fig.1 – Igreja de Santo Antônio, na praça central de Chiador. (Foto: Rodrigo Galdino Ferreira)

O município apresenta forte dependência econômica com relação às cidades vizinhas. Chiador não possui hospital, farmácia, papelaria, hipermercado, lan house. Dessa forma, seus moradores viajam frequentemente para Mar de Espanha e, principalmente, para Três Rios, a fim de fazerem uso desses serviços. Ou seja – os cidadãos chiadenses, para terem acesso a exames de saúde, grandes e médias redes de supermercado (e preços mais baixos) e em certa medida até mesmo para fazer uso da rede mundial de computadores, precisam viajar cerca de uma hora. Embora mais próxima de Três Rios, o fato de esta cidade pertencer ao Estado do Rio de Janeiro

na prática deixa a mineira Chiador ainda mais isolada das políticas e ações do Estado de Minas, além de impedir quase todas as iniciativas de integração administrativa com Três Rios. Para se ter ideia desse isolamento, embora pertença à Zona da Mata mineira, não há sequer linha direta de ônibus entre Chiador e a capital da Zona da Mata, Juiz de Fora.

Essa precariedade dos serviços diminuiu após a chegada de uma obra de grande porte - a construção do complexo hidrelétrico de Simplício, no rio Paraíba do Sul. A obra, financiada por Furnas Centrais Elétricas, tem sua maior área alagada em território chiadoreense, o que ampliou a arrecadação do município em mais de 50%, de 2007 a 2012. Antes da chegada da obra, a principal arrecadação da cidade eram os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que não chegavam a R\$200 mil mensais. Por alguns anos Chiador recebeu, além do FPM, mais de R\$100 mil reais mensais de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), em função do empreendimento.

Essa nova fase vivida por Chiador desde que as obras da Hidrelétrica de Simplício começaram, em 2007, levou a cidade a ser retratada pelo jornal **Estado de Minas**. Na matéria, são relatados fatos como o aumento do número de empregos na região (segundo a matéria, 96 moradores do município foram recrutados pelo consórcio construtor da usina) e a obra de asfaltamento da ligação entre a cidade e a BR 040, em Três Rios (RJ). De acordo com a reportagem, assinada pelos jornalistas Ricardo Beghini e Zulmira Furbino, a cidade viveu um progresso nunca antes visto:

Desde que o português Antônio Joaquim da Costa construiu a capela de Santo Antônio, em 1842, e concedeu alforria a um grupo de escravos, que por ali permaneceu, dando origem ao município de Chiador, na Zona da Mata, a 342 quilômetros de Belo Horizonte, a cidadezinha de 2,8 mil habitantes ainda não havia experimentado tamanho progresso. A receita da prefeitura ganhou um incremento de 50% com a construção do complexo hidrelétrico de Simplício, no rio Paraíba do Sul, que tem sua maior área alagada em território chiadoreense. (**Estado de Minas**, 08 de novembro de 2009, p. 17)



Fig.2 – Escola e posto de saúde do distrito de Sapucaia de Minas. (Foto: Daisy Cabral)

Tal relativa prosperidade pode ser verificada, também, na área educacional. O município possui uma escola de ensino médio (no centro, e funciona junto com escola municipal, de ensino fundamental), e outras duas de ensino fundamental (rurais, nos distritos de Penha Longa e Parada Braga, apenas até o atual 5º ano). Para ter acesso ao ensino superior, muitos jovens do município viajam diariamente para cidades como Além Paraíba (MG) e Três Rios (RJ) para cursar faculdade. Levantamentos extra-oficiais dão conta de que pelo menos 50 chiadorenses se encontravam, em 2012, nessa situação. Além disso, as obras de Furnas trouxeram novos empreendimentos para a cidade, como a abertura de restaurantes (antes, a cidade possuía apenas um; agora, já são três) e lojas de materiais de construção (antes havia apenas uma, atualmente são três lojas). Em 2013, o repasse do ISSQN terminou, com o final das obras de Furnas, e o município voltou a viver a situação anterior, dependente do FPM, o que levou o prefeito eleito em 2012 – Moisés da Silva Gumieri, do PT - a anunciar medidas de austeridade.

Importante destacar que na área da comunicação essa prosperidade não chegou a ser vivida. O município não possui emissora de rádio, jornal comercial nem emissora de TV. Uma das principais formas de comunicação da cidade é o alto-falante da igreja católica, a Matriz de Santo Antônio, que é utilizado para anunciar falecimentos, reuniões comunitárias e festividades da igreja. Além disso, anúncios que são colados nos estabelecimentos comerciais da cidade e em postes e locais de grande circulação de público servem para avisar a comunidade sobre os acontecimentos, festas, campanhas de vacinação etc.

De pequeno porte, Chiador tem enfrentado nos últimos anos um crescimento demográfico negativo. Desde 1996 sua população tem decrescido: passou, segundo dados do IBGE, de 3.001 habitantes (1996) para 2.785 (2010). Entre 2000 e 2010 a taxa de crescimento foi de -0,60%.⁴ A informação de 2010 já levava em conta, portanto, a fase de obras da hidrelétrica de Furnas, e mostra, na verdade, o processo migratório por que passa a cidade, visto que a maior parte da população não encontra oportunidade de trabalho local e vai morar em Três Rios e Juiz de Fora, como principais opções. A pirâmide etária mostra, ainda, em relação ao mesmo aspecto em Minas Gerais e Brasil, intenso processo de envelhecimento da população.⁵ Em termos de PIB, a atividade agropecuária se sobressai em relação à industrial, embora os serviços sejam, como no Brasil e em Minas Gerais, o setor de maior geração de renda.

O Jornal de Chiador

É nesse contexto que surgiu o **Jornal de Chiador**, em maio de 2008. De acordo com o

4 Cf. Portal ODM – Acompanhamento Municipal de Objetivos do Milênio. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/relatorios/mg/chiador>

5 Cf. dados do IBGE em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=311620#>

Projeto Editorial, disponível no site www.jornaldechiador.xpg.com.br, a iniciativa tinha como principal missão “contribuir para o desenvolvimento da cultura local, tornando-se um veículo feito pela e para a comunidade”. Além disso, o periódico apresentava a seguinte visão: “Ser um jornal 'comunitário de verdade', e abrir espaço para a expressão das mais diversificadas vertentes do pensamento crítico”. Nos anos 1980 já existira na cidade outro jornal com o mesmo nome, mas foi interrompido anos antes da criação do novo periódico, com o qual não possuía nenhum vínculo.

Desde maio de 2008, o **Jornal de Chiador**, em sua perspectiva de praticar um jornalismo comunitário, publicou 33 edições, até abril de 2011, sob coordenação de um dos autores deste artigo, Rodrigo Galdino Ferreira. Com verba do prêmio obtido no edital Agente Jovem de Cultura, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural,⁶ com o projeto “Jornal de Chiador – comunitário de verdade”, e também com apoio de projeto de extensão da UFJF, a edição de número 34 foi publicada em março de 2013, após dois anos de interrupção⁷. A linha editorial continua a mesma, valorizando uma prática comunicativa democrática e participativa. O prêmio pode financiar até seis edições em 2013, e nesse período pretende-se que o jornal volte a ser auto-sustentável. Por outro lado, busca-se apoio da FAPEMIG (edital de apoio a extensão em interface com pesquisa, em fase de análise) permitiria a expansão das atividades da equipe da UFJF em Chiador, em termos de novas iniciativas a serem desenvolvidas no campo extensionista - como organização de grupo de Contadores de Histórias, produção de videodocumentário, exposições fotográficas, organização de acervo histórico local, entre outras – e também fomentaria a pesquisa nos campos da comunicação, história e cultura, trazendo contribuições para a reflexão a respeito da intersecção entre esses temas, conhecimento a ser disponibilizado tanto para a comunidade acadêmica, na UFJF, como para os moradores de Chiador, a partir, principalmente, de seus equipamentos públicos educativos e culturais, como as escolas estadual e municipais e a Casa de Cultura.

Uma primeira análise das edições de 2013

A retomada da produção do **Jornal de Chiador** será analisada aqui ainda em caráter inicial. Tal atividade deverá se aprofundar, em termos de discussão acadêmica, a partir de projeto de pesquisa desenvolvido na Faculdade de Comunicação da UFJF, para o qual foi encaminhado pedido de apoio à FAPEMIG, incorporando outras dimensões, como da ação cultural e da história local. Espera-se ainda a produção de novas edições e o aprofundamento da experiência dessa

6 Link para o edital disponível em <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/edital-agente-jovem-de-cultura-iniciativas-premiadas/>.

7 As edições de número 34 e 35, que são aqui discutidas, assim como algumas das edições mais antigas do **Jornal de Chiador**, estão disponíveis em pdf através do link www.ufjf.br/conecta/projeto-chiador.

nova fase. A discussão que se fará aqui, das duas primeiras edições, ainda se dá de forma exploratória, a partir das considerações teóricas apresentadas no início deste texto.



Fig. 3 – Reunião de fechamento da edição nº 34, em 09/3/2013. (Foto: Rodrigo Galdino Ferreira)

Iniciemos com uma questão de abrangência geral, mas que é importante verificar em ambas as edições: a comunicação comunitária está intensamente associada ao sentido de democratização da comunicação, e permite democratizar a palavra nas suas manifestações. Essa é a questão que nos parece ser a mais importante nas duas edições: apenas um pequeno texto, de todos os textos, fotos e ilustrações do jornal, foi produzido por quem não é morador de Chiador – um parágrafo sobre as igrejas da cidade, que acompanha as fotos publicadas na última página da edição nº 35. Todas as demais unidades editoriais (ou seja, textos, fotos, ilustrações, excluindo-se apenas a publicidade e as chamadas da primeira página) – e também a distribuição – ficaram sob responsabilidade dos moradores, totalizando cerca de 50 unidades editoriais.

Ao analisarmos o nível de participação da comunidade na produção do jornal, verificamos que o aspecto participativo, dialógico, horizontal, é assim aquele mais presente nessa experiência. Constatamos que são os moradores que decidem: os temas; a abordagem a serem desenvolvidas nos temas; são eles quem escrevem, produzem os textos, a mão ou em computador, e também as fotos e ilustrações; decidem também o que não deve entrar, por diversos motivos (em uma das reuniões de pauta, por exemplo, a questão trazida por uma moradora foi descartada por outros moradores, por entenderem se tratar de uma questão de interesse pessoal, e não coletivo, aspecto que norteia a publicação). Na edição de nº 34, o fechamento (finalização da edição) foi feito também com a participação dos moradores, na Casa de Cultura de Chiador. Já a edição de nº 35 foi finalizada pela bolsista de extensão que acompanha o projeto, Daisy Cabral, que também

participa ou coordena reuniões de pauta e de discussão do jornal, ao lado do editor, Rodrigo Galdino Ferreira, eventualmente com a participação do professor Bruno Fuser.

Trata-se, interpretamos, de “uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das ‘comunidades’ onde se localiza”. Quanto a isso, não há dúvida: os temas abordados em ambas as edições foram definidos pelos moradores, em reuniões abertas de pauta, convocadas publicamente, às quais compareceram pessoas com perfis muito diferenciados, desde jovens adolescentes, até aposentados.

Na edição nº 34, de 8 páginas, foram tratadas as seguintes questões: entrevista com prefeito, dengue, doenças cardíacas, festa ciclística, estações ferroviárias-memória iconográfica, direitos dos idosos, reivindicações da Parada Braga, aniversários do mês, memória da cidade, poesia, culinária-receita, falta de área de lazer. Há, ainda, espaço para publicidade nas páginas 4 e 7, no rodapé.



Fig. 4 – Equipe do jornal após reunião com moradores do distrito de Parada Braga, em 23/3/2013. (Foto: Renato Rosa)

Na edição nº 35, de 12 páginas, foram tratadas as seguintes questões: denúncia sobre excesso de eleitores em Chiador, Terceira Idade-reivindicação por espaço, Terceira Idade-atividades em Chiador, homenagens às mães, projeto bolsa universidade, corrida pela saúde, curso de costureira do Senai, igrejas-memória iconográfica, aniversários do mês, mensagens pessoais, reivindicações da Parada Braga, opinião-educação, poesia, opinião-violência, culinária-receita, memória da cidade, pós-graduação a distância em Chiador. Com mais páginas, houve também mais publicidade: rodapé das páginas 5, 7, 10 e 11. A verba arrecadada com publicidade foi utilizada na compra de salgados e refrigerantes para as três festas de lançamento da nova fase do jornal, realizadas nos distritos de Parada Braga e Penha Longa e na sede-centro, e também para auxiliar na impressão do jornal. O contato com o distrito de Sapucaia de Minas, que faz

divisa com a cidade fluminense de Sapucaia, tem sido mais difícil, pela expressiva distância com a sede-centro – 25 km em estrada de terra – e também pela grande proximidade desse distrito com sua vizinha Sapucaia do Estado do Rio de Janeiro. Ainda assim, a equipe do jornal fez visita ao distrito e procurou fazer contato com moradores do local.

Considerações finais

Se refletirmos que os “interesses da comunidade” são diversos, temos também em ambas as edições grande pluralidade de temas, desde prestação de serviço (em especial nos textos sobre saúde), reivindicações diversas (destacam-se as dos moradores do distrito de Parada Braga), a memória iconográfica, produzida através de página de fotos, acontecimentos gerais, opiniões de moradores sobre temas também diversos, como educação, violência, poesias de moradores, mensagens pessoais.



Fig. 5 – Reunião com moradores no distrito de Penha Longa, em 11/5/2013. (Foto: Bruno Fuser)

Alice Mitika nos alerta para verificarmos que nessa variedade de “atendimento a interesses” há diferentes pontos de vista presentes. Mas, nas duas edições, embora haja manifestações muito distintas entre si, não se verifica a defesa de interesses de comerciantes ou empresários. Na maior parte da vezes são reclamações, queixas, reivindicações que podem, sim, ser de interesse de vários segmentos sociais, mas é um direito da população, e cujo não atendimento, sem dúvida, faz mais falta a quem mais precisa, ou seja, aos segmentos sociais com menos acesso a condições privilegiadas de deslocamento, ou a espaços privados para suas atividades, etc. Todas essas questões podem portanto ser consideradas contribuições na ampliação dos direitos e deveres de cidadania. A própria denominação de uma seção do jornal - “O Povo

sofre” - aponta para a perspectiva de que essas questões dizem mais respeito ao povo – denominação que, ainda que imprecisa, refere-se aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, ou marginalizados no acesso aos direitos. O jornal traz, assim, reivindicações por espaço com acessibilidade para a Terceira Idade, aponta o desrespeito ao direito no transporte coletivo aos idosos, defende espaço de lazer em Parada Braga, a necessidade de consertar-se um bueiro, o abandono dos telefones públicos, a falta de unidade de atendimento médico de urgência. E não há somente queixas, há também o reconhecimento de atendimento a reivindicações, ou demandas da população: é o caso dos elogios à escola da Parada Braga, ao curso de costureira do Senai, à implantação de curso de pós-graduação a distância, ao apoio aos vereadores pela aprovação da bolsa universidade.

Destacam-se, pelo espaço que receberam no jornal: entrevista com o prefeito (1 página inteira e mais um terço de página, ed. 34), na qual foram abordados temas diversos, como corte de horas extras, benefícios aos estudantes, concursos públicos; doenças cardíacas (1 página, ed. 34); memória iconográfica, estações ferroviárias (1 página, ed. 34); corrida pela saúde (1 página, ed.35); denúncia sobre excesso de eleitores (1 página, ed. 35); Terceira Idade (1 página, ed. 35); curso de costureira (1 página e mais um terço de página, ed. 35); memória iconográfica, igrejas da cidade (1 página, ed. 35).

Podemos problematizar em que medida o jornal, em suas duas edições analisadas, se diferenciam de alguma maneira dos meios hegemônicos de comunicação. Em certa medida, sim: nenhum meio hegemônico – compreendidos como os meios de alcance massivo, nacional ou regional – sequer toma conhecimento da cidade de Chiador. Também podemos refletir em que medida seria um jornalismo de contestação, de perspectiva de ruptura com o status quo. Aí, sem dúvida, caberiam ressalvas: o jornalismo hegemônico também procura formas de inclusão de temas assim chamados “cidadãos” em suas páginas, ou programas de rádio e televisão. Questões polêmicas – guardadas as devidas proporções -, como o questionamento às “autoridades”, as queixas, reclamações, reivindicações, estão de alguma maneira presentes em meios massivos de comunicação. Mas há que se considerar as palavras de Luiz Roberto Alves: os esforços pela democratização são projetos em movimento, que devem ser entendidos em seu respectivo contexto. Mais talvez que o conteúdo expresso nas páginas do Jornal de Chiador – e que também, deve-se destacar, expressam a construção de uma comunicação cidadã, democrática, comunitária – o processo de produção desenvolvido pelo mesmo permite aos moradores daquela cidade assumirem o papel de protagonistas da comunicação. E esse protagonismo popular, entendemos, é o fator que confere o caráter democrático e comunitário ao Jornal de Chiador.

Referências bibliográficas

ALVES, Luiz Roberto. Comunicação para questionar a cidadania suspensa. Em: **VI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. Alaic 2002**. Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. GT 16 Medios Comunitarios y Ciudadanía. UPSA - Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/associa/alaic/material%20congresso%202002/congBolivia2002/trabalhos%20completos%20Bolivia%202002/GT%2018%20cecilia%20peruzzo/Luiz%20Roberto%20Alves.doc>. Acesso em: 25 abr 2013.

COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo : Paulinas, 1998.

FÉLIX, Carla Baiense. **Entre Discursos: Mídia e Subjetividade nos Espaços Populares**. 2008. 157 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FUSER, Bruno (Org.). **Comunicação para a Cidadania: caminhos e impasses**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. v. 1. 312p.

FUSER, Bruno & DELGADO, Josimara. **Nove histórias mineiras**. Juiz de Fora : Juizforana, 2012.

FUSER, Bruno. Comunicação entre metalúrgicos do ABC: Uma prática conservadora. In: PERUZZO, Cicilia. **Vozes cidadãs**. Aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004. p.307-336.

FUSER, Bruno. Rádios Comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular. **Revista de Estudos de Jornalismo**, Campinas, v. 5, n.1, p. 53-75, 2002.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Imprensa de Comunidades e Imprensa de Classes. In: **Estudos sobre Imprensa Comunitária**, nº 11, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes/USP, 1979.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: **VII CELACOM/ENDICOM 2004** (VII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação / V Encontro de Ensino e Investigação da Comunicação nos Países do Mercosul). Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação regional. São Bernardo do Campo, UESP - Universidade Metodista de São Paulo, 2004. Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Direito_%C3%80_Comunica%C3%A7%C3%A3o_Comunit%C3%A1ria,_Participa%C3%A7%C3%A3o_Popular_e_Cidadania. Acesso em: 19 abr 2013.

VIGIL, José Ignacio Lópoez. Y Usted, aún no tiene su FM comunitária? **Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, CIESPAL, n. 45, p. 8, abr., 1993. Em COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo : Paulinas, 1998, p.75.